

Unidade Nacional

Informativo do Sindicato dos Petroleiros de Duque de Caxias
27 de setembro de 2007 - Nº 32 - www.sindipetrocaxias.org.br



Terminal de Campos Elíseos aprova PCAC

Mais um passo foi dado em direção a igualdade de direitos entre os trabalhadores da Transpetro e da Petrobras. Por ampla maioria foi aprovado o novo PCAC da Transpetro - Petrobras Transporte, no Terminal de Campos Elíseos, unificando a categoria em Caxias.

Desde a criação da Petrobras Transporte em 1997, os petroleiros através da FUP e dos Sindipetros vem lutando para unificar os direitos dos trabalhadores. Começamos a avançar neste projeto, em 2003, com a eleição de LULA.

Conseguimos que os Sindipetros representassem estes trabalhadores e negociassem o Acordo Coletivo de Trabalho, substituímos o plano de saúde privado pela A.M.S.. Introduzimos os benefícios educacionais. Garantimos o anuênio no

lugar do quinquênio, bem como a gratificação de férias em 100%. Conseguimos negociar a primeirização de cargos através de concursos públicos. Agora com a aprovação do PCAC unificamos a tabela salarial e a maioria dos cargos.

Conseguimos avançar nas negociações, mas ainda temos muitos desafios. O próximo passo é a unificação do plano de previdência e o maior desafio, sem dúvida, seria incorporar a Transpetro a Petrobras.

Agradecemos a todos os trabalhadores que participaram destas lutas, acreditando no Sindipetro-Caxias e na FUP.

Aproveitamos a oportunidade para convidar aos trabalhadores novos a se associarem ao Sindipetro-Caxias e fazer parte desta organização que luta em defesa dos trabalhadores.

Grupos	SIM	NÃO	ABS
A	4	0	0
B	2	1	0
C	2	0	1
D	2	0	0
E	4	1	0
HA	45	19	3
Total	59	21	4



Campanha Salarial 2007

Negociação: FUP cobra atendimento das reivindicações

A FUP e seus sindicatos filiados começaram as negociações do Acordo Coletivo de Trabalho do Sistema Petrobrás para o período 2007-2009, nos dias 24 e 25 de setembro. Após já ter detalhado, na rodada inicial desta campanha (dias 12, 13 e 14), todas as propostas dos trabalhadores, a FUP cobrou uma resposta da Petrobrás e subsidiárias para as principais reivindicações da categoria

Repactuação do Plano Petros - Antes de iniciar as negociações, a FUP cobrou que a Petrobrás autorize a diretoria da Petros a efetuar imediatamente o pagamento dos novos benefícios dos aposentados e pensionistas que repactuaram, mesmo que seja através de folha extra. A posição da Petros é de só efetuar o pagamento após a homologação do acordo judicial, que a Federação espera que ocorra esta semana.

Avanço de nível e promoção - A FUP cobrou um posicionamento da Petrobrás em relação ao processo de avanço de nível e promoção, que até o momento ainda não teve início. A empresa informou que está

aguardando a conclusão da reparação dos níveis do PCAC para concluir o processo de avanço de nível e promoção. A FUP também voltou a cobrar o cumprimento da decisão da Comissão Interministerial de Anistia em relação ao pagamento dos níveis devidos aos petroleiros que participaram das greves de 94 e 95. A Petrobrás informou que pretende concluir o acordo coletivo com essa pendência resolvida.

Transpetro - A FUP também ressaltou irregularidades no processo de contratação da Transpetro, que vem terceirizando postos de trabalho na operação, inclusive através da admissão de aposentados. O RH da Transpetro informou que averiguará

os problemas levantados pela FUP em relação às essas contratações.

Urucu - Em resposta à cobrança da FUP, na rodada anterior de negociação, onde os dirigentes sindicais denunciaram que empresas terceirizadas estão praticando regimes de trabalho diferenciados ao da Petrobrás na Bacia de Urucu, submetendo os petroleiros a jornadas de 21x21, a Petrobrás informou que tomou providências e que essa distorção já acabou.

Convênio com a CEF - A FUP também cobrou uma resposta do RH da Petrobrás sobre a reivindicação feita pelos dirigentes sindicais na primeira reunião de negociação

Continua no verso

do ACT, quando reivindicaram a implementação imediata do convênio com a Caixa Econômica Federal para viabilizar o financiamento habitacional para os participantes da Petros que estão na ativa, assim como já ocorre hoje com as demais subsidiárias e com os aposentados e pensionistas.

Aposentadoria especial - A FUP cobrou da empresa a apresentação da relação nominal e por unidade dos trabalhadores que estão enquadrados em áreas de risco e, portanto, aptos à aposentadoria especial.

A Gerência de RH da Petrobrás informou que está buscando atender as exigências legais referentes à aposentadoria especial e alegou que a listagem cobrada pela FUP será apresentada assim que todos os novos procedimentos em relação a esta questão forem implementados pela empresa. A Federação frisou que é fundamental a transparência da companhia em relação a esta questão, pois é um direito do trabalhador saber se ele está enquadrado ou não na especial e, portanto, é imprescindível que a Petrobrás divulgue a listagem. A FUP voltou a ressaltar que o reconhecimento e a implementação da aposentadoria especial no Sistema Petrobrás são avanços fundamentais para o fechamento deste acordo coletivo.

Inclusão digital - A Petrobrás informou que está estudando alternativas de ampliação dos quiosques de acesso à internet para que atendam um maior número de trabalhadores, além de outras formas de inclusão digital. A Gerência de RH destacou que a intenção da empresa é de que até a conclusão das negociações deste acordo coletivo todos os trabalhadores da Petrobrás tenham acesso à internet, de forma segura.

Efetivos - A Petrobrás informou que os grupos de estudos de efetivo no Paraná e no Rio Grande do Norte continuam em andamento e que a empresa está aguardando a conclusão dos trabalhos para rever os efetivos locais. A Gerência de RH destacou que a meta da companhia é chegar a 2012 com 62 mil trabalhadores próprios.

Pendências relacionadas aos anistiados - A Petrobrás informou que está buscando soluções para viabilizar o pagamento dos níveis aos trabalhadores que tiveram a anistia deferida pela Comissão Interministerial, com os nomes publicados em Diário Oficial no início do ano. A empresa também declarou que a

Subcomissão de Anistia da Petrobrás está analisando 177 processos dos trabalhadores da Petroflex e Nitroflex, contemplados pelo Decreto 5954/06. A Petrobrás informou que ainda serão analisados pela Subcomissão os 546 processos da Petromisa e outros 332 processos da Interbrás, também referentes ao Decreto 5954/06.

Credenciamento da AMS e informatização do sistema - A Petrobrás informou que o livro de credenciamento da AMS, com todas as atualizações da rede de conveniados, será distribuído nos próximos dias para todos os trabalhadores da ativa, aposentados e pensionistas. A empresa também informou que já está em fase conclusiva de implementação do cartão magnético para todos os beneficiários do Sistema Petrobrás, esclarecendo que será necessário realizar um amplo recadastramento dos usuários para operacionalizar este processo.

Implantes dentários - A empresa informou que apresentará uma proposta para viabilizar o custeio dos procedimentos de implantes dentários.

Inclusão de novos beneficiários na AMS - A Petrobrás declarou que está buscando alternativas para manter a AMS para os anistiados da Interbrás e Petromisa que se desligarem da empresa. Uma das propostas discutidas em mesa pela empresa foi a instituição de um período de carência para esses trabalhadores, como forma de diminuir os custos. A FUP discordou desta alternativa, alegando ser discriminatória. A Federação informou que a empresa tem condições de manter a AMS para os anistiados sem necessidade de carência, como ocorre hoje com os trabalhadores concursados que são admitidos pela empresa. A FUP ressaltou ainda que a reivindicação da categoria é a reabertura da AMS, sem restrições, para todos os anistiados que retornaram ao Sistema Petrobrás e aposentados e pensionistas que não são atendidos pelo programa.

Custeio da AMS - A Petrobrás apresentou os custos da companhia com a AMS, informando que os gastos com a assistência médica nos últimos 12 meses ficaram em torno de R\$ 745 milhões anuais, sendo que R\$ 557 milhões são custos da empresa e R\$ 188 milhões, arrecadação dos beneficiários. Segundo a Petrobrás, a relação de custeio hoje da AMS está em média 75% para a empresa e 25% para os trabalhadores. No caso dos beneficiários acima de 58 anos, a Petrobrás informou que

a relação de custeio fica em 87% e 13%, respectivamente. Segundo a empresa, há hoje uma defasagem em torno de 19% na arrecadação e é necessário um reajuste linear de 36% na tabela do Grande Risco. A Petrobrás foi enfática em afirmar que é necessário restabelecer a relação 70% para 30% no custeio da AMS.

Benefícios educacionais - O RH informou que realizou uma pesquisa de mercado e constatou que nenhuma empresa pública ou privada do país do porte da Petrobrás oferece aos trabalhadores auxílio educacional para cursos de nível superior. A empresa informou que está estudando melhorias nos benefícios educacionais que já constam no Acordo Coletivo, além de alternativas à reivindicação da FUP de garantir o acesso dos trabalhadores e de seus dependentes à educação de nível superior, bem como a possibilidade de aumentar o percentual de reembolso.

Aposentados pelo INSS que mantêm vínculo empregatício com a empresa - A FUP reafirmou a necessidade da empresa garantir os benefícios da AMS para os petroleiros que se aposentaram pelo INSS, mas ainda mantêm o seu vínculo empregatício com a Petrobrás, assim como o pagamento de auxílio doença em casos de afastamento. A Petrobrás declarou que é contrária a esses pleitos.

ATS e Adicional de Periculosidade - A reivindicação da FUP é de que o adicional de periculosidade seja calculado sobre o salário básico acrescido do ATS. A proposta apresentada pela Federação tem por objetivo garantir a caracterização do adicional de periculosidade pago aos trabalhadores das unidades operacionais. A FUP lembrou que a bandeira de luta histórica da categoria sempre foi de pagamento do adicional de periculosidade a todos os trabalhadores em áreas perigosas e de incorporação aos salários dos 30% pagos pela companhia a título de VP-Periculosidade. A Petrobrás informou que há dificuldades em atender a reivindicação.

Quanto à integralização do ATS para os anistiados que retornaram à Petrobrás, a empresa informou que está estudando formas de viabilizar esse pleito da FUP.

Terceirização - A Gerência de RH informou que está avaliando a reivindicação da FUP de que os contratos de prestação de serviço sejam fiscalizados pela Petrobrás e não mais por empresas terceirizadas, como é feito hoje. **(Fonte: FUP)**